

ECONOMIA

Governo cria grupo para debater direitos de entregadores por app

Propostas devem tratar de algoritmos, previdência e remuneração

Pedro Rafael Vilela
Agência Brasil

O governo federal vai instituir um grupo de trabalho (GT), coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, para formular propostas de regulação trabalhista para entregadores por aplicativo.

O grupo será composto também pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e representantes de organizações e entidades dos entregadores de todas as cinco regiões do país, além de representantes das centrais sindicais.

O anúncio foi feito nesta quinta-feira (4), pelo ministro Guilherme Boulos, que se reuniu com representantes destes trabalhadores.

Segundo o ministro, um dos principais objetivos da iniciativa é melhorar a remuneração desses entregadores.

"Hoje trabalham demais e ganham pouco", sintetizou.

O grupo também deve propor algum seguro previdenciário para a categoria.

"O formato disso nós queremos discutir exatamente no grupo de trabalho para esses trabalhadores que hoje, se sofrem um acidente, estão a Deus dará, ninguém se responsabiliza", disse Boulos.

O terceiro ponto de pauta envolve transparência das plataformas no uso dos algoritmos, que são as programações digitais das plataformas que definem questões como valor e distribuição das entregas a esses profissionais autô-

nomos.

"Tanto os motoristas de Uber, como os entregadores de iFood, e aqui também vale para todas outras plataformas, esses trabalhadores hoje são comandados pelo algoritmo, que inclusive utilizam os seus dados, mas não há nenhuma transparência nesse algoritmo. E é uma demanda dos trabalhadores que haja essa transparência", observou Boulos.

Serão convidados a participar das reuniões do grupo de trabalho representantes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Ministério da Saúde. A Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre Regulamentação dos Trabalhadores por App, por meio de seu presidente, o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), e o relator do colegiado, deputado federal Augusto Coutinho (Republicanos-PE), também serão chamados a contribuir com debate.

Nesse primeiro momento, segundo Boulos, o grupo tratará apenas das demandas dos entregadores por aplicativo, separando das pautas dos motoristas autônomos.

"Nós tomamos a definição de separar os entregadores motoqueiros de motoristas porque existem pautas específicas de cada um. Então, embora o projeto de lei que está em discussão na Câmara dos Deputados e que vai tramitar no Congresso Nacional, trate dos dois conjuntamente, aqui no governo do presidente de Lula nós estamos fazendo essa separação do debate", explicou.

Nicolas dos Santos, re-



presentante da Aliança Nacional dos Empregadores por Aplicativos, espera que a criação do grupo possa destravar um debate que se arrasta há cerca de quatro anos.

"Foi promessa de campanha do atual presidente Lula e a gente espera que essa entrega seja realmente realizada. O debate no Congresso, ele não avança a contento, ele é como se as ruas dissessem, mas isso não fosse ouvido", afirmou o trabalhador.

"A gente precisa ganhar bem, a gente precisa ter condição de acessar aquilo que é direito nosso, poder ter acesso a trabalho digno, moradia digna, condição de dar educação para os nossos filhos", acrescentou.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência reconheceu que a maior dificuldade atual de regulamentação do trabalho dos empregadores é por resistência das plataformas, mas insistiu que é preciso garantir direitos fundamentais em um mercado de trabalho que mo-

biliza mais de 3 milhões de entregadores e motoristas autônomos, com nenhuma proteção social ou garantia remuneratória mí-

tima.

"[As empresas] topam dialogar sobre transparência algorítmica e sobre algum grau de sistema previdenciário, mas não aceitam uma pauta essencial que é o piso remuneratório. Nós vamos chamar as empresas em reuniões oficiais para dialogar. Mas o nosso receio era que se as envolvesse no grupo de trabalho, elas buscassem ter uma trava e nós temos pouco tempo para poder viabilizar, e esses trabalhadores que querem urgência", disse Boulos.

O GT terá duração de 60 dias, com possibilidade de ser prorrogado, se necessário.

Mobilizações

As manifestações de entregadores por aplicativo

têm sido recorrentes no país. Na semana passada, um grupo de entregadores protestou contra uma modalidade nova de trabalho do iFood.

Em março, uma mobilização nacional ocorreu em diversas capitais na luta por taxa mínima de R\$ 10 por entrega.

Não é a primeira vez que o governo tenta avançar na pauta da categoria, sem sucesso. Ao longo de 2023, um outro grupo de trabalho, sobre coordenação do MTE, juntou representantes de plataformas e entregadores, mas não houve avanços.

Na Câmara, a comissão especial sobre o tema analisa o Projeto de Lei Complementar 152/25, que define normas para o funcionamento de serviços de transporte individual de passageiros e de entrega operados por plataformas digitais, como Uber, 99 e InDrive.

Haddad busca canal direto com EUA para rastrear peças de fuzis

Wellton Máximo
Agência Brasil

Os Estados Unidos devem apresentar ao Brasil uma proposta formal de cooperação voltada ao enfrentamento do crime organizado, disse nesta quinta-feira (4) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele,

o embaixador interino norte-americano, Gabriel Escobar, demonstrou forte disposição em avançar na articulação e em atender ao pedido do governo brasileiro de um canal direto entre os dois países para rastrear peças de fuzis.

"Nós vamos informar uma autoridade compe-

tente lá que vai cuidar dos assuntos brasileiros para saber quem exportou, por que exportou, para quem exportou, se houve participação do exportador, se houve uma operação dentro do porto para colocar as peças dentro do contêiner", declarou o ministro após se reunir nessa tarde com Escobar.



AXIA ENERGIA
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS -
AXIA Energia S.A.

CNPJ: 00.001.180/0001-26

AVISO DE REQUERIMENTO DE
RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS

AXIA Energia S.A. torna público que requereu em 28/11/2025 à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD/GO a renovação da Licença de Funcionamento (LF) 153/2023 (Processo SGA 11472/2015 e SEI 2020.0001.700.4345), válida até 06/05/2026, para a Linha de Transmissão (LT) 230 kV Niquelândia - Barro Alto.

Ana Amélia Pastor Mendonça da Silva
Gerência de Operação do Meio Ambiente (OOAM.F)

AXIA DIGITAL pdf

Código do documento 775dfab0-6b8c-4504-85b1-c47f7e39de6a



Assinaturas



Júlio Nasser Custódio dos Santos
diariodamanha@dm.com.br
Assinou

Júlio Nasser Custódio dos Santos

Eventos do documento

05 Dec 2025, 10:21:34

Documento 775dfab0-6b8c-4504-85b1-c47f7e39de6a **criado** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email:diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2025-12-05T10:21:34-03:00

05 Dec 2025, 10:22:00

Assinaturas **iniciadas** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email: diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2025-12-05T10:22:00-03:00

05 Dec 2025, 10:22:17

JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS **Assinou** (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3) - Email: diariodamanha@dm.com.br - IP: 177.223.41.117 (177-223-41-117.linqtelecom.com.br porta: 59352) - Documento de identificação informado: 234.271.401-72 - DATE_ATOM: 2025-12-05T10:22:17-03:00

Hash do documento original

(SHA256):188ebed8f0b701fd906aefaac94f1348a35c313d360e47e27742a5cc46618445
(SHA512):e30f4d7b35a1465dc7f8681e52bb4c6967b791873c9ed6a01c3fbcbf90b163ca2f769e1421c0a481cfafdc2d8beefa9b093898544b9e54c8b78ef82aaec3a69

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.